

013ª Audiência Pública 10JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, **CONVIDA** a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.
...10/06/25 CTG Asa Branca – R. João Moraes nº 311...
Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**,
Presidente.



PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): (19h10min) Boa

noite. Daremos início a nossa reunião para debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

As inscrições já estão abertas. Serão cinco inscrições a favor do projeto e cinco inscrições contra o projeto, então se inscrevam. O tempo será de cinco minutos para cada pessoa poder colocar as suas considerações. Antes dos inscritos, o governo terá 10 minutos para defender o projeto, depois o sindicato Simpa também terá direito a 10 minutos, iremos para os inscritos, e ao final o sindicato terá mais 10 minutos e o governo encerra a audiência pública com também mais 10 minutos de fala. Então agradeço a todos os presentes, à comunidade, ao sindicato, aos servidores, à Ver.^a Comandante Nádia, nossa Presidente da Câmara Municipal; Ver. Rafael Fleck e Ver. Carlo Carotenuto. Que tenhamos uma boa audiência pública, com participação importante do cidadão, e que a

gente possa aqui ao final tirar importantes dúvidas desse importante projeto que a nossa cidade vai estar discutindo nos próximos meses.

De imediato, passo a palavra ao representante do governo municipal. Eu peço para que cada pessoa que vem aqui se identifique e fale da sua instituição para que a TVCâmara possa registrar. Convido o Simpa para sentar aqui à Mesa, a Sra. Sandra Daruí, coordenadora, e o Sr. Edson Zomar, diretor.

O Sr. Gelson Guarda, Secretaria-Geral do Governo, está com a palavra.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Pessoal, boa noite a todos. Para a gente dar início, só gostaria de dizer que o objetivo dessa reunião é ampliar esse contato com a população. Vocês sabem que o governo Melo sempre está nas comunidades, então isso aqui é mais um exemplo da parceria que se tem com as comunidades. Agradecendo, sim, ao Presidente, à Presidente da Câmara Municipal, Comandante Nádia, a todos, pessoal do Simpa, representante do Governo, nossos queridos vereadores E dizer que sempre será pauta do governo Melo essa participação com as pessoas, principalmente onde elas residem, onde elas passam as dificuldades. Nós passaremos, de imediato, para o Matheus, para darmos encaminhamento, e que a reunião transcorra da melhor forma possível. Grande abraço.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário Gelson. De início, cumprimentar o Ver. Marcos Felipi, que preside hoje os trabalhos desta audiência. Da mesma forma, cumprimentar os demais vereadores, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Rafael Fleck, Ver. Carlo, e também aqui os demais membros dessa Mesa, representantes do Simpa, o Edson, a Sandra, e trazer algumas palavras bastante breves, bastante objetivas. Cumprimento todos os senhores e senhoras, obrigado pela presença. A gente preparou uma apresentação, mas sem prejuízo, vamos trabalhando um pouco. O que eu gostaria de trazer a todos é um pouco do contexto. Qual é o contexto em que se insere esse projeto de lei e o que pretende esse projeto de lei, qual é o teor dele, quais as consequências, qual a razão dele de ser.

Então, tudo se insere, na verdade, no contexto desse projeto de lei, ele diz respeito a uma necessidade de expansão de serviços, de investimentos que precisamos fazer aqui no Município, ou seja, a expansão de serviços de esgotamento sanitário, a expansão ou a qualificação do serviço de distribuição de água, por exemplo. E o que nós temos atualmente é uma exigência legal, lei federal, o novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, que tornou-se vigente com a alteração em 2020, ele trouxe uma obrigação a todos os entes da federação de cumprir determinados patamares de serviço. E esses patamares dizem na seguinte linha: no mínimo, 99% da população deve ser abastecida com água potável, e também, no mínimo, 90% da população deve dispor dos serviços de coleta também de esgoto. E não só isso, senhores, nós precisamos prestar esses serviços, nós, Município, precisamos prestar esses serviços cumprindo com algumas metas quantitativas nesse ínterim, ou seja, nós precisamos ter determinados níveis de não intermitência, por exemplo, na distribuição de água, e tudo isso até 2033. Essas metas vão ser fiscalizadas por uma agência reguladora federal e local, uma federal, que emite algumas normas gerais, e uma local, que fiscaliza o cumprimento dessas metas. E caso os entes federativos não consigam alcançar essas metas, eles sofrerão, então, dificuldades e restrição ao acesso a recursos federais. Basicamente é essa a consequência, que, embora seja simples, é bastante danosa caso não conseguimos alcançá-la.

E qual é o nosso contexto da cidade hoje? Então, o DMAE consegue, com todos os seus esforços que vêm sendo movidos há muitos, muita seriedade, muita prestação de serviço, a gente tem bons níveis de atendimento de abastecimento de água potável, embora tenhamos alguns níveis de intermitência que precisam ser melhorados, qualificados na distribuição de água. Nós temos também um índice um pouco aquém ainda das metas que precisamos alcançar no percentual de esgotamento sanitário. Ou seja, dos 90% que precisamos alcançar, nós temos hoje 53% da população atendida com coleta e tratamento de esgoto. E nesse cenário, em 2015, quando da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, o Município já conseguia estimar quais eram os

investimentos necessários em cada uma dessas áreas, em cada uma das áreas do saneamento básico. E para esgotamento sanitário eram estimados, em valores de hoje, pouco mais de R\$ 3 bilhões, aproximadamente R\$ 3,200 bilhões. Se o DMAE reunisse toda a sua capacidade de investimento em uma amostragem... Perdão, já temos aqui então a apresentação, como gente pode ver, esses valores que ultrapassam pouco mais de R\$ 3 bilhões... Pode voltar na lâmina anterior só para a gente poder ver rapidamente? Mas temos também investimentos em outras áreas do saneamento que são necessários, obviamente como já se previa em 2015, e que a gente pode ver, temos grandes desafios para cumprir ainda de investimento em drenagem, por exemplo. O motivo pelo qual alguns financiamentos internacionais, alguns financiamentos, inclusive, de recursos da União, estão sendo contraídos para que a gente consiga atuar naquela área. Mas nós temos ainda uma janela bastante grande de investimentos necessários no esgoto. E quando a gente olha para o espectro de capacidade de investimento que o DMAE, por suas próprias receitas, conseguiu alcançar nesse período de tempo, a gente vê uma limitação, e é uma limitação de recursos, nada mais que isso, uma limitação de recursos no sentido de que essa capacidade de investimento se limitou em torno de R\$ 100 milhões/ano. Então quando concentrar toda a capacidade de investimento para atender aquela necessidade de esgoto, seriam necessários aproximadamente, ou, no mínimo, 30 anos, para que a gente possa chegar a essas metas. Obviamente nós precisamos realizar esses investimentos em menos tempo, nós precisamos chegar com essas melhorias antes. E é nesse cenário que o marco legal não diz respeito somente aqui ao Município de Porto Alegre, é para todos os entes da federação, como será que esses outros entes estão tentando encarar esses desafios? Desafios parecidos com os nossos, guardadas as singularidades de cada localidade, são desafios semelhantes. E o que a gente pode ver é que os diversos entes da federação têm lançado mão de uma forma de contratação administrativa, que é a concessão, concessão de serviços. E aqui a gente pode ver que a concessão de serviços – e é importante a gente olhar para ela com um olhar de contratação pública natural e, não, tão diferenciada como por vezes

fazemos crer –, ela é uma contratação de obras e serviços, uma licitação naturalmente que o ente público define o que ele quer contratar, e há uma prestação por tempo determinado. E assim fizeram diversos entes da federação, de diversas matizes político-partidárias, ou seja, aqui não tem ideologia político-partidária em concessão. A concessão é uma ferramenta administrativa, governos do PT, governos do MDB, governos do PSD ou do PDT fazem uso dessa ferramenta, ou seja, desse contrato administrativo, naturalmente. E nesse cenário, a gente tem batido muito nessa tecla sobre a diferença entre concessão e privatização, porque, sim, há uma diferença bastante sensível, bastante grande, e cujas consequências dessas diferenças trazem repercussões ainda maiores. E repito, a concessão é um contrato administrativo por tempo determinado, há contratação de serviços por tempo determinado. Enquanto a privatização, ela é, sim uma venda ou uma transferência de ativos ou serviços definitivamente, ou seja, isso não retorna mais ao poder público. E aqui nós diferenciamos, por exemplo, a propriedade desses bens. Na concessão, a propriedade segue sendo do Município, segue sendo do DMAE, enquanto na privatização há uma transferência definitiva desses bens, há uma aquisição pelo parceiro privado desses bens. E a fiscalização, talvez aqui o ponto mais sensível, a concessão não é uma panaceia, ela não serve para qualquer coisa. Tudo depende muito, o Ver. Marcos Felipi, por exemplo, bate muito na tecla nesse sentido da experiência que ele tem com a concessão de iluminação pública, tudo depende de uma fiscalização, de uma administração pública, que se prepara para acompanhar e gerir um contrato como esse. E na concessão, é isso que nós temos a possibilidade, o Município segue gerindo um contrato, fiscalizando um contrato, que, caso não é executado da forma adequada, o Município tem a capacidade de retomar, rescindir esse contrato e retomar a prestação de serviços. Diferentemente do que a gente encontra em uma situação de privatização, em que, num cenário de monopólio, como é naturalmente do saneamento, isso fica somente sob a fiscalização da agência reguladora, sem um poder direto de fiscalização do Município. E essa é a significativa diferença que nós temos.

Então, a gente pode ver um exemplo, como a PPP da iluminação pública, que vem funcionando nesse sentido. Sendo mais direto, eu acho que o nosso tempo está bastante próximo do fim. (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) É dizer que, em resumo, o projeto de lei que é apresentado, que aporta à Câmara de Vereadores e que hoje estamos aqui para avaliá-lo, debatê-lo, discuti-lo, ele sequer seria necessário, porque a lei federal dispensa que a concessão do serviço de saneamento básico seja previamente autorizada por lei, mas nós sabemos da necessidade de dispor de algumas salvaguardas ou algumas restrições a essa concessão no próprio projeto de lei.. E aqui nós temos a primeira questão importante de constar no projeto de lei e que se faz necessário, então, o projeto de lei, é vedar a concessão do serviço de captação e tratamento de água, que permanecem, então, sob prestação do Município. Segundo, por favor. Resguardar todos os cargos públicos e a sua necessidade, né, existentes hoje, por exemplo, no DMAE. Da mesma forma, resguardar a estabilidade dos servidores que hoje estão no DMAE, que não serão afetados nesse processo de concessão. O que a gente vai ter é uma concentração da força operacional e técnica que nós temos no DMAE sobre o serviço de drenagem e, obviamente, de captação e tratamento de água.

Já me encaminhando, então, para o final, dizer que os recursos percebidos nessa concessão, eles ficam, então, afetados à finalidade de investimento na qualificação de serviços de saneamento, mas também em drenagem urbana. Eram essas as considerações. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. De imediato, passamos a palavra ao sindicato.

SRA. SANDRA DARUÍ: Boa noite a todos e todas presentes, em especial à Mesa Diretora, que está proporcionando esta audiência pública; cumprimentar a comunidade que vem aqui. Pena que, acho que, como a audiência de hoje a maioria é CC, mas eu vou me dirigir especialmente para a comunidade da Asa Branca, da Zona Norte, que está aqui. Então, eu sou a Sandra, eu sou

representante do DMAE, do Cores do DMAE, no Sindicato dos Municípios, e nós fazemos parte de uma frente em defesa do DMAE público-estatal. E nós estamos fazendo um contraponto ao que foi apresentado agora. Então, os argumentos a favor da privatização vocês tiveram agora, nós vamos fazer os argumentos contra, e do que se trata? Na verdade é uma decisão política, tomada pelo governo, não se embasa em nenhum estudo técnico que o DMAE tenha feito, nenhum técnico do DMAE vai vir aqui defender a concessão para vocês, ou privatização, ou o quer o que seja, e que está acontecendo nas duas últimas administrações, Marchezan e Melo.

Vocês têm que pensar uma coisa muito importante, não vai ter duas torneiras nas casas de vocês para vocês escolherem se vocês querem a privada ou a pública, ou se querem Coca-Cola ou querem Pepsi. Só vai ter água da concessionária, e só vai ter se vocês pagarem. O DMAE já atende 100% da população desde 2000, então o novo marco legal em relação ao abastecimento de água já foi cumprido. Em coleta de esgoto, 91% da cidade já tem coleta, e se a gente considerar que o tratamento primário, onde tem rede pluvial e o esgoto vai para ela, quando faz um projeto novo, o DMAE exige que tenha fossa e filtro, então nós atingimos 78%. Então, para atingir o novo marco legal faltam 12%, não é aquele volume que foi colocado ali. Se vocês olharem, na realidade, as experiências no Rio Grande do Sul, no Brasil, no mundo deram errado. Ali a experiência de Uruguaiana, a Câmara de Vereadores pedindo para rescindir o contrato com a BRK Ambiental. No Brasil, Manaus, há 20 anos é privatizado, a Aegea é a mesma empresa que quer o DMAE. E sabe quantos por cento – e eu quero que vocês guardem esse número – 20% de tratamento de esgoto. O DMAE já tem capacidade para 80%, gente! Londres, em Londres, não se sabe como vai fazer, porque a qualidade dos rios em Londres piorou muito depois da concessão. Foram as primeiras concessões do mundo, deram errado também. E aqui está dizendo: mais de mil lugares no mundo têm reestatizações, porque deram errado. Então, por que vai dar certo aqui?

Uma experiência que nós tivemos aqui em Porto Alegre: a CEEE Equatorial. Quem é que está feliz com a CEEE Equatorial aqui? Ninguém, né. Ninguém vai

levantar a mão, porque ninguém está feliz, eu nem vou falar, porque vai ter mais gente que vai falar sobre isso. E eu peguei hoje, até atualizei da apresentação de ontem: quais são os problemas da Aegea? Eu vou ler: “ A Corsan, a Aegea agora, tem vários problemas, como cobranças indevidas, falta d'água, exigências ilegais, a empresa também tem sido acusada de negligência na manutenção e no monitoramento das estruturas, o que resulta em interrupções ao abastecimento de água.” Paço Fundo, uma semana sem água; Santa Maria, Canoas, Ijuí, várias cidades com problemas. E é aqui do Rio Grande do Sul. Se fosse tão bom assim esse serviço dessas empresas que estão prestando para nós agora, por que elas não mudaram o nome? Elas continuam com o mesmo nome, e elas são privadas agora. Isso aí é para iludir o povo, de vocês.

Então o problema, ah, o diretor Matheus diz que é um contrato administrativo. Sim, é um contrato, só que, às vezes, a gente tem problema com um contrato. Vocês estão com um problema num contrato aqui, estão sem um contrato de manutenção de água, está demorando mais para nós, do DMAE, vimos aqui consertar para vocês, por causa desse contrato. Aí vocês imaginam um contrato que vai abranger a cidade inteira. Se der problema nesse contrato, o que vocês vão fazer? Se o prefeito, quando liga para a Equatorial, não é atendido? E quando ele ligar para a Aegea, ele vai ser atendido pelo presidente da Aegea? Eu acho que não, né? A mesma coisa ali, lixo, terceirização, nós, no DMAE, temos a leitura, há 10 anos, terceirizada. Desde que terceirizou, nós temos problemas com as contas. Vocês devem ter sofrido, algum de vocês já sofreu esse problema. Quando dizem que o DMAE não investe, eles mostram um gráfico de agora. Só que o DMAE, até 2014, investia muito dinheiro. Muito dinheiro, não só os R\$ 100 milhões por ano. E se tem problema, é de gestão. Que prefeito é esse que eu vejo fazer a gestão, quer vender tudo na cidade? É esse o problema. Por que ele não investe no DMAE? Não investe em vocês? Não dá certo, ele vende, precariza. Na realidade, se, em 2023, que é quando aconteceu a primeira enchente, ele tivesse vindo ver quais os problemas que tinham acontecido... Não, ele estava apresentando a concessão para empresários, para os vereadores... Estava lá ele apresentando. Tem um *slide*

igual àqueles que eu vou colocar para vocês. E, ali, o que aconteceu em 2024? Vocês aqui tiveram um problema de alagamento tremendo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SANDRA DARUÍ: Isso, teve problema também. Então, poxa, por que não se investiu lá? Depois de 2013, inclusive, extinguiu-se o DEP – Departamento de Esgotos Pluviais. A realidade é que o DMAE está sendo alvo de uma CPI. CPI por quê? Porque nós tivemos problema com um ex-diretor, tivemos problema com um de nossos diretores de licitações, CC, ex-diretor de CCs, e também tivemos problema agora com o nosso último ex-diretor, que estava trabalhando na Aegea, que é, justamente, a empresa que quer comprar o DMAE. Que coincidência, né? É uma coincidência. Mas todos indicados por uma pessoa que eu não vou dizer, vocês estão lendo lá.

Quando dizem que o DMAE não tem capacidade de investimento, nós tivemos o Programa Integrado Socioambiental – Pisa. Naquela época, o DMAE, em quatro anos, investiu R\$ 1,5 bilhões. Eram R\$ 600 milhões na época, atualizado agora, R\$ 1,5 bilhões num único programa. E esse programa aumentou nossa capacidade para 80%. Então, quando eles disseram que precisam de R\$ 10 bilhões, o que eles fizeram? Eles pegaram o Plano Municipal de Saneamento Básico, atualizaram a valores presentes. Mas eles chegaram à conclusão de que o DMAE não fez nada nesses dez anos. E isso não é verdade. É o que eu vou mostrar para vocês agora. Então não são R\$ 10 bilhões, eu vou mostrar para vocês o que é. Água, eu já disse, já está universalizado. Mas precisa, sim, investimento em água, R\$ 900 milhões. No quê? Em redes novas, melhoria de alguns lugares, reservação, bombeamento e substituição de rede. Só que eles esquecem de dizer que o DMAE já tem R\$ 240 milhões captados para a Zona Sul e Leste, que é a Ponta do Arado, que está em execução. Mais R\$ 100 milhões do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – também para esse sistema lá, que é onde realmente tem intermitência, eu concordo com o diretor que tem intermitência, tem problemas; R\$ 84 milhões para o Sistema São João,

que beneficia vocês diretamente; e R\$ 40 milhões na nova captação do Menino Deus, que é Centro, Leste e Sul. E nós investimos, anualmente, R\$ 20 milhões em melhoria de rede, substituição de rede. Então não são R\$ 900 milhões. É menos, é a metade disso.

Em esgotamento sanitário, como eu disse, a gente já tem 73% com separador total, que é a rede que vai para tratamento; 17% mista; e nós temos uma capacidade de 80%. Precisa, sim, um grande investimento, R\$ 2 bilhões. Mas nós temos várias alternativas que o novo marco prevê, e só não se faz por falta de vontade política dentro do DMAE. E nós temos aqui, para a Região Norte, R\$ 120 milhões já contratados. E para vocês, em especial, foi contratado agora a reforma da ETE – Estação de Tratamento de Esgoto – Sarandi, para que ela volte a funcionar, que atende a região de vocês.

Quando dizem que o DMAE não está fazendo, tratando bem seu esgoto, eu respondo com o seguinte: só a ETE Serraria tira sete mil toneladas de matéria orgânica por ano. Isso é muito, gente, é muito, é mais que todo o Rio Grande do Sul. E isso significa três piscinas olímpicas ou 1.300 caçambas por ano. Quanto à drenagem, que acho que vocês estão mais interessados, que, na verdade, era o governo que tinha que estar apresentando, então, desde 2019, é o DMAE que faz isso. Não veio nada para o DMAE fazer isso, não veio investimento, não veio gente, mas a gente faz. E ele é subsidiado pela tarifa 1 e 2. Então, se não fosse o DMAE, na cheia do ano passado, a gente estava ralado, porque é o DMAE que está limpando as redes, é o DMAE que está fazendo investimento, é o DMAE que está fazendo projeto e contratando. E o que já tem? Bom, se estima que são R\$ 4,5 bilhões, eu concordo com eles, só que desses R\$ 4 a 5 bilhões, R\$ 2 bilhões já vêm do governo federal para a bacia do rio Gravataí, que pega vocês aqui, todo o Sarandi. Tem mais R\$ 500 milhões do Fundo da Reconstrução do Rio Grande do Sul, que são para as casas de bombas, e mais R\$ 500 milhões do arroio Feijó, que é o fundo de vocês aqui, o Santo Agostinho, que também vem aqui. Então não são R\$ 5 bilhões, já tem R\$ 3 bilhões disponibilizados, e tem mais R\$ 6,5 bilhões do governo do Estado, que podem vir para o DMAE também. Estão em licitação várias EBAP – Estação de Bombeamento de Águas

Pluviais – aqui. Eu estou colocando todas as obras, eu não vou ler tudo, mas todas as coisas que precisam para melhorar o sistema de proteção contra cheias estão sendo providenciadas.

Eu quis mostrar esse mapa, porque ele mostra, onde está em vermelho ali é a área com a população com menor poder aquisitivo e que coincide nas áreas alagadas. Aí, quando eles dizem que o mercado regula, ele regula para eles. Vocês não precisam de casa agora? Os aluguéis, em Porto Alegre, aumentaram quantos por cento? Vinte e cinco por cento, pessoal! Quando a população mais precisa, eles aumentaram o valor do aluguel.

Quando diz que não vai ter aumento de tarifa, vocês já tiveram a experiência da CEEE, não vou nem falar sobre isso. O DMAE vai perder sim o controle da água, porque a gente não sabe qual é a qualidade da água distribuída pela concessionária, e também eu não sei depois se o efluente do esgoto eles vão tratar também, nós vamos perder esse controle. O patrimônio do DMAE, que vai estar na mão do privado, não é do DMAE, porque ele vai poder fazer o que quiser com esse patrimônio. Nós vamos estar arriscando um contrato de 35 anos, que a gente não sabe se vai dar certo. A realidade, de verdade, é que muitos de vocês, o primeiro comprovante de endereço que tiveram foi do DMAE. A primeira conta que vocês conseguiram fazer lá um carnê, um crediário foi do DMAE. O DMAE está sempre presente em todas as vilas aqui, para o pessoal da Zona Norte...

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Sandra, para encerrar, por favor.

SRA. SANDRA DARUÍ: A última lâmina, vou encerrar agora. Nós temos esse “pressione”, tem um código de barras, quem quiser pressionar contra a privatização, por favor, ajude essa causa, porque é uma causa para as nossas gerações futuras. Eu não vou estar aqui daqui a 35 anos para resolver esse problema, vocês não vão estar aqui; vão ser os nossos filhos e os nossos netos. Obrigada e boa noite para todos. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. Nós vamos começar com os inscritos, eu peço que fiquem à esquerda e se identifiquem olhando para a câmara, para a TVCâmara conseguir identificá-los na transmissão. A primeira é a Sra. Roselaine Modesto de Pádua, líder comunitária. (Pausa.) Pessoal, eu gostaria de pedir um pouquinho de silêncio, porque vai ecoando a conversa de vocês aqui na frente, e a gente não consegue ouvir as pessoas falando. Quem quiser conversar pode conversar fora do CTG, e deixe aqui para quem quiser participar da audiência. Obrigado. A senhora tem cinco minutos.

SRA. ROSELAINÉ MODESTO DE PÁDUA: Boa noite, meu nome é Roselaine, sou líder comunitária, e eu gostaria de entender uma coisa: nós somos comunidade, povo que votamos, que escolhemos quem vai trabalhar para nós. Ou seja, esse trabalho é feito para nós, mas nós não estamos nos sentindo representados, porque essa água que passa na nossa casa, que nós usamos para os nossos filhos tem que continuar pública. Ela é pública e tem que continuar pública. Porque, assim como a CEEE, que virou Equatorial, que hoje a gente vê muito poste pegando fogo, e temos um serviço muito mais precário, que a gente está vendo muito poste caindo aqui devido às enchentes, que afrouxaram os postes, estamos quase ficando sem luz nas casas, que é feita a manutenção de tempos e tempos depois, é isso que vai acontecer com a água? A gente vai ficar sem água, vamos ficar esperando quanto tempo para ter uma água, resolver alguma coisa? Está difícil de entender isso. Nós precisamos ter serviço de qualidade, serviço público garantido para nós. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Chamamos agora o Sr. Luciano Schaefer, do MLB. O senhor tem cinco minutos.

SR. LUCIANO SCHAEFER: Boa noite a todos, sou Luciano, do MLB, sou morador do Sarandi, fui morador do Sarandi até a enchente, atualmente estou morando no Leopoldina, porque precisei abandonar a casa em que eu morava,

justamente por conta dessa negligência. Não somente em 2024, mas em 2023, em setembro de 2022 e meses anteriores, a gente sabe que o Sarandi está sempre passando por alagamento, e a minha casa alagou algumas vezes, como a casa de tantos outros. A gente viu ali, os números apresentam a incompetência do governo, porque estamos vendo por onde passa, inclusive, essa precarização do serviço público, que, apesar de ser bem feito por quem está lá... Esse governo também apresentou o processo para aumentar o número de cargos de confiança, os famosos CCs, aumentando, inclusive, o número de verba destinada a isso, para não ter que contratar através do concurso, que é justamente o que vai melhorar a qualidade desse serviço que é oferecido. A gente vê privatização, onde é que deu certo? Acho que tem poste caindo, tem ônibus da Carris pegando fogo, que foi vendida para aquela empresa de Alvorada, que também já vi muitas vezes aqueles ônibus pegando fogo. Então, é esse o processo que se busca: se entregar para a empresa privada para se lucrar aqueles R\$ 10 bilhões, que é isso que está sendo apresentado ali. Aquilo ali é o lucro que se busca com a privatização do serviço público. Por que, em vez de dar dinheiro para pagar o CC, com os R\$ 590 milhões dos fundos que foram desviados, não se investe na qualificação do esgoto que está ali? Foi apresentado como 53 e pela companheira quanto?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. LUCIANO SCHAEFER: Setenta e três, é uma diferença que não bate, certo? Então, ao invés de fazer o projeto para vender, tem que pegar esses recursos que já estão disponibilizados e trabalhar, fazer as obras que são necessárias. É isso que tem que fazer. (Palmas.) Vai privatizar, aí vai pegar a bomba já... Realmente, eu sei, porque, volta e meia, falta a luz, não liga, sei lá o que acontece. Vai melhorar?

Então assim, certo? É mais um engodo, é mais um golpe que, inclusive, em todas as cidades que foram privatizados os serviços de água, piorou o serviço, aumentou, aparece na conta das pessoas, conta de R\$ 1,8 mil, que pagava R\$

150,00. O Rio..., está nas páginas do jornal a verdade, para quem tiver interesse em conhecer. Então, é isso que eu tenho para dizer. Ao invés de privatizar, tem que trabalhar, financeirizar, na verdade é isso. É isso que vai ser feito, porque, depois que está criada a dívida na conta da pessoa, está livre no mercado, e é isso que está se buscando fazer com esse serviço essencial para a vida do trabalhador e do pobre, que está aqui passando trabalho com as enchentes toda vez que acontece. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Agora está inscrito o Ver. Jonas Reis, o senhor tem cinco minutos.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa noite a todas e todos, à Mesa, aos moradores, um especial abraço. Eu queria aqui deixar consignado que o governo Melo já está no 5º ano e não fez o que prometeu. Ele disse que ia melhorar o transporte vendendo, pois bem, vendeu a Carris, e não tem mais ônibus, não tem mais horários, não cobra ar-condicionado, a população socada igual sardinha, ou seja, a promessa não virou realidade. E ele dizia que o problema era a Carris, que ele tinha que colocar R\$ 50 milhões/ano na Carris, pois bem, sabe quanto ele colocou, no ano passado, nas empresas privadas de ônibus? Colocou R\$ 180 milhões. Nas privadas, ele botou dinheiro, por que na privada? Por que na privada pode colocar dinheiro público? Agora ele diz que não tem dinheiro no DMAE para fazer as obras de drenagem, ele diz que alaga porque não tem dinheiro. Mas aí vocês aguardem o futuro: de onde que vai vir o dinheiro. Se não for uma tarifa de água cara, vocês acham que um empresário, uma empresa vai chegar caridosamente trazendo uma mala, um caminhão de bilhões de reais para ajudar o povo sofrido de Porto Alegre? Olha esse povo sofrido e uma caridosa empresa chegou – olha que maravilha! Como é que a gente não achou ainda uma empresa maravilhosa para ajeitar a casa da gente? Reformar a nossa casa, para dar um carro, uma Ferrari para nós. Ah, Ferrari, teve gente que ganhou Ferrari parece nesta cidade, não sei quem, saiu no jornal lá. Um escândalo na educação: milhões de reais. E supostamente, gente, escândalo

com o privado também, com um megaempresário, o tal do Jajá. E agora, hoje o filho do prefeito, Pablo Melo, é indiciado pela polícia. Tem um vereador que agora só assumiu na Prefeitura porque o Melo chamou uma vereadora para virar secretária, e ele assumiu, ele é indiciado também nesse escândalo. E os três estão numa foto com o empresário que foi preso e com a secretária do Melo que foi para a cadeia. Isso aconteceu agora, há dois anos, nós denunciamos, talvez alguns de vocês não saibam.

Então hoje eles vão prometer para vocês que o privado vai trazer a drenagem. Mas eles não respondem por que tem uma casa de bombas parada. Eles não respondem por que o dique tem quatro metros e meio, só agora eles descobriram. Olha só, o dique há quanto tempo tem? Eles vinham aqui, tiravam foto no dique, e agora eles descobriram que o dique tem quatro metros e meio, só agora. Então, é enganação, demagogia, assim como foi demagogia na educação. Lá em 2020, o Melo dizia que ia botar a criança na escola, não abriu uma escola nova. Não abriu, deixou alagar um monte de escolas por aqui, porque não fez as obras nas casas de bomba, que esses trabalhadores do DMAE diziam, em setembro de 2023, os engenheiros DMAE disseram: “Tem que ajeitar as casas de bomba, tem que ajeitar os motores”. Tinha casa de bombas que tinha um motor só funcionando, tinha que ter quatro, só um funcionando. Está ali o Jeferson, que é técnico eletricista. Eu quero lembrar o que aconteceu nesse final de semana. Nesse final de semana, a Prefeitura de Porto Alegre cortou as horas extras. Vocês, da Prefeitura, cortaram as horas extras dos trabalhadores da gerência de manutenção, e estava lá a estação de bombeamento de água tratada da Cascatinha, Zona Sul, que pegou dezenas de bairros sem água, porque eles não queriam pagar hora extra para os trabalhadores do DMAE, porque eles têm que guardar o dinheiro no caixa. Tem R\$ 200 milhões parados, é pouco, tem que parar mais dinheiro lá. E a população, todo o final de semana, sem energia elétrica, sem água potável, porque eles não queriam pagar hora extra para ter um plantonista eletricista. Não tinha nenhum, tinha um técnico em mecânica, que não sabia resolver o problema do disjuntor – foi isso que aconteceu! E aí eles mentiram na página do DMAE. Aliás, nós

vamos pedir uma investigação do Ministério Público lá na comunicação do DMAE, porque vocês, do DMAE, têm que falar o que acontece na cidade. Vocês têm que ter coragem de falar o que acontece na cidade, porque não é possível ter jornalista lá que não diga que não estão pagando as horas extras, que tinha anteriormente no DMAE. Então vocês querem sucatear o máximo, que é isso? Para a população falar mal do DMAE. Se hoje tem lá 2 mil funcionários a menos do que tinha há 15 anos, gente, não tem como resolver os problemas da cidade sem pessoas para trabalhar! E ontem mesmo...

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vereador, terminou o seu tempo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Terminou o tempo?

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Terminou o tempo.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Mas eram só cinco minutos?

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Cinco minutos. São 5min20s.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Ah, tudo bem. O problema é que nessas audiências, dos 36 vereadores, têm vindo poucos; eu vim em todas.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): São cinco minutos para cada um.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então eu vou pedir para eles colecionarem os minutos deles para mim, porque eu estou vindo. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, vereador. Está inscrita a Ver.^a Comandante Nádia, a senhora tem cinco minutos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa noite à Mesa, boa noite ao Ver. Marcos, que está aqui presidindo. Eu venho da Brigada Militar, gente. A Brigada Militar me ensinou uma coisa: proteção da população. E eu continuo fazendo a mesma coisa agora, tentando proteger a população de mentirosos. Mentira é o que eu tenho ouvido aqui, de vereadores, e infelizmente do Simpa. Por 16 anos o PT governou esta cidade e não fez nada com o dique, e não fez nada com a água – que não está potável na casa de vocês –, que não tratou esgoto! Aliás, vamos ser sinceros, fossa não é esgoto! Fossa não é esgoto, não coloque no seu percentual fossa. Nós queremos esgoto tratado, porque isso é cuidar do meio ambiente, porque isso é cuidar da saúde das pessoas. Não se iludam com falas bonitinhas que estão mentindo para vocês. E misturando alhos com bugalhos, misturando aluguel, misturando luz da CEEE, daqui a pouco vão botar até emprego aqui, porque é bom fazer mentira e misturar tudo.

Privatização, que aconteceu com a CEEE Equatorial, é venda. No caso do DMAE, vai ser feita uma concessão. É importante a gente saber, o senhor foi candidato a prefeito e sabe o que é uma privatização e o que é uma concessão.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Quem disse isso? O senhor está dizendo, pois o prefeito Melo e o...

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu peço que respeite a pessoa que está falando...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu peço que assegure o meu tempo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor se inscreva ali para falar.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu vou segurar o tempo aqui. Eu peço só que tenha respeito a quem está falando, todo mundo aqui vai ter o seu momento de fala, todo mundo que se inscreveu ali. Vamos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor vai gritar assim com homem também, ou só porque eu sou mulher? O senhor vai gritar assim com homem também, ou só porque eu sou mulher? Só para eu entender. O senhor é machão assim, porque eu sou mulher e estou falando aqui?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Então, o senhor escute! O senhor escute o que eu tenho para falar, como escutou os outros. Os mentirosos o senhor escuta! O senhor escuta os mentirosos!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Se o senhor não se acalmar, eu vou ter que pedir para o senhor se retirar.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Então, por favor, o senhor ouça. Todo mundo aqui falou, ninguém foi interrompido, então eu peço a sua colaboração, está bem? Se o senhor quiser, pode se inscrever ali e falar, está bem? Se o senhor continuar, eu vou pedir para o senhor se retirar, está bem? Retomando o seu tempo, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Posso continuar? Obrigada. Concessão é dizer para o parceiro privado, sim, que ele tem normas a serem cumpridas. E se esse parceiro não cumprir as normas, a concessão é retirada dele. Diferente da privatização, e vocês sabem, que é a venda de um ativo. O DMAE não vai ser vendido. A concessão prevê que o parceiro deve cumprir com todo o regimento que o prefeito e o DMAE, assim, o farão. E dentre isso, será o quê? Manter a tarifa social, que hoje todos têm. Com a concessão, alguém disse que vai sair a tarifa social? Não disseram. Vai manter o preço da água. Quem está dizendo que não? Privatização é uma coisa; concessão é outra. Sobre a enchente, o alagamento que aconteceu aqui e em outras regiões, para quem não sabe, é dever do governo federal. Pois é, daquele que foi “descondenado”, do Lula, que deveria estar trazendo dinheiro para Porto Alegre. Parece que hoje o Rui Costa trouxe R\$ 6,5 bilhões para cuidar da proteção das enchentes. Hoje! Hoje! Hoje ele trouxe. Por quê?...

(Manifestações paralelas na plateia. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Peço o silêncio da plateia, por favor. Vou parar o tempo de novo. Vamos respeitar o tempo da vereadora, cinco minutos. Todo mundo que se inscreveu teve cinco minutos para falar. Eu peço o silêncio da plateia. Retomando o seu tempo, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. Porque assim – é feio isso aqui até, né? Nós estamos aqui numa educação, eu estou falando, dando o meu ponto de vista e mostrando a verdade para vocês... Aliás, Rui Costa, hoje, o ministro, veio aqui conhecer o problema, porque ele não conhecia até então o problema das enchentes. Que engraçado isso, né? Porque a drenagem nos arroios, quem fez foi o prefeito Melo, e os arroios não transbordaram.

Para encerrar, quero dizer para vocês que a mediocridade intelectual de alguns me deixa bem preocupada, porque...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Peço mais uma vez o silêncio da plateia. Se o senhor não parar, eu vou pedir para o senhor se retirar...

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): ... senhor se retirar. O senhor quer falar, o senhor pode se inscrever ali.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Olha o que é o machismo, não é, meninas? Que coisa triste isso. O senhor ficou quieto para todos que falaram até agora. Então, o senhor espere. O senhor tenha... Tome uma água com açúcar ali e se acalme, por favor. Posso continuar, presidente?

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Por favor, para encerrar, tem 40 segundos aqui.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Dizer para os senhores que não se enganem, o Melo é o melhor prefeito que a cidade tem, anda em todos os lugares de cabeça erguida, e sabe por quê? Porque ele faz entregas. Porque quando ele não pode, ele diz: "Não consigo fazer". Ele não fica enchendo a cabeça das pessoas com coisas que não vão acontecer. O Melo efetivamente vai cumprir com o que está dizendo. Sabe por quê? Porque tem criança brincando no cocô e no xixi. Isso não é saúde, isso não é dignidade, e, com a concessão, nós vamos conseguir fazer mais e melhor para o Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. Próximo inscrito é o Sr. Adriano Reinheimer, conselheiro do Previmpa.

SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER: Boa noite a todas e todos; boa noite à Mesa; boa noite, vereadores, vereadoras. Eu sou engenheiro do DMAE, sou

representante também do Cores DMAE, sou conselheiro do Previmpa. Já presidi a bacia hidrográfica do lago Guaíba, o comitê de gerenciamento. Estudo há muito tempo o processo de concessão, privatização. O DMAE já tentou, em outras gestões, locação de ativos, PPPs, e sempre essas tentativas foram frustradas, porque faltava robustez e embasamento nos estudos. O próprio estudo do BNDES é frágil, não é consistente. Eu pude me manifestar algumas vezes em relação ao estudo, e isso só comprova aquilo que a coordenadora Sandra aqui já apresentou, que a privatização de um serviço essencial, que é um monopólio natural, que não tem concorrência e que não segue as leis de mercado, é fadada ao fracasso. O que a Sandra apresentou aqui, os números não são mentirosos. O Cores DMAE tem responsabilidade, não leva mentiras para a população. O que nós temos, na verdade, são fatos e são diagnósticos com base nos estudos que existem. Em relação ao PMSB, eu coordenei, fui um dos coordenadores do PMSB de 2015, o que se tinha em 2015 era uma projeção habitacional para Porto Alegre e o IBGE mostrou que isso não é efetivo. Então, esses números têm que ser adequados à realidade de projeção habitacional que o IBGE tem hoje. Os investimentos em áreas de expansão, se analisar e ler o PMSB, vai ver que todos os investimentos pesados são em áreas de expansão. A grande responsabilidade das áreas de expansão da cidade é do empreendedor que é responsável pelos loteamentos. Então, grande parcela desses investimentos, eles não são do DMAE e, sim, são do ente privado.

Outro aspecto que tem que ser levado em conta também, em relação aos valores, em relação aos estudos, mostram muitas diretrizes que realmente não vão se efetivar. E sobre a questão que foi levantada também, sobre fossa não é tratamento, a lei do saneamento de 2007 já prevê soluções individuais para as áreas que são isoladas. O próprio marco legal, que tem uma visão muito privada do sistema, não ousou modificar a solução individual que já estava prevista na lei de 2007. Portanto, fossa é tratamento. Porto Alegre é uma das capitais que inovou nesse sentido, a legislação é de 1987, 1988. Então, toda essas soluções, que atinge esses aproximadamente 90%, são embasadas e referendadas pela lei de 2007 e pelo marco legal do saneamento. Portanto, achar que essa

apresentação é mentirosa, infelizmente, vereadora e presidenta, não condiz com a verdade. É preciso ter responsabilidade naquilo que nós estamos apresentando e falando aqui, e é importante realmente olhar os números e entender. Eu também fui diretor de obras e projetos do DEP, conheço muito bem a realidade da drenagem de Porto Alegre, sei que os desafios são imensos, mas não é retirando recursos da água e do esgotamento sanitário, como deve ser feito, que vai resolver os problemas graves de drenagem. A questão da drenagem envolve um conceito que realmente ficou no manual e nos fundamentos do Plano Diretor de Drenagem, que é o conceito de controle na fonte. A grande briga e o grande enfrentamento que tem hoje em relação às bacias de amortecimento, isso tem que ser melhor explicado e levado para a população. A grande solução hoje não está em fazer grandes canalizações e transferir o problema, isso é uma cultura que já foi. As grandes capitais têm um controle bom de drenagem e realmente trabalham com controle na fonte, e é isso que nós precisamos de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. O próximo inscrito é o Sr. Jeferson Neves Machado, do Cores DMAE. O senhor tem cinco minutos.

SR. JEFERSON NEVES MACHADO: Boa noite a todos; boa noite à Mesa, aos vereadores presentes e a todos da comunidade da Asa Branca. Vou me apresentar, sou servidor da Prefeitura há 31 anos, trabalhei 6 anos na iluminação pública e estou há 24 anos no DMAE. Meus colegas já falaram muito, então vou tentar pegar um outro olhar – um olhar interno –, só para explicar para a população o que está acontecendo aqui.

A questão da concessão do DMAE é uma questão do DMAE e de todo o saneamento do Brasil hoje. Vamos explicar uma coisa que não foi explicada ainda aqui para vocês, para vocês ficarem sabendo. Fui a um congresso em 2023, de saneamento, então, a gente sabe de vários setores públicos de todo o Brasil. Esse ataque que está havendo no saneamento não é só aqui em Porto Alegre; foi no Estado, é em São Paulo, é em Minas Gerais, é em todo o Brasil.

O pessoal está... Tem cinco empresas loteando o saneamento. Sabe por quê? Questão econômica. Em 2023, sabe quanto é que girava o saneamento básico no Brasil? Em R\$ 150 bilhões. Nenhuma empresa privada iria querer o saneamento básico se não houvesse lucro. Então, a primeira coisa para explicar para vocês: esse negócio que estão apresentando aí não é para sanar os problemas do saneamento aqui de Porto Alegre, não. É um negócio. Então, vão ficar sabendo que isso aí é um negócio. São bilhões. Vai ser por 35 anos. Ele disse que a concessão não é privatização, mas nós vamos fazer uma concessão de 35 anos. Como é que vão entregar isso aí depois, essa empresa? Como? A vereadora e todos aqui dizem. Cadê a apresentação do contrato? Cadê o projeto? Não apresentam. Nós estamos dando uma carta em branco. Cadê o projeto? Cadê o projeto? Não foi apresentado. Onde é que estão os valores? É muito subjetivo. Isso aqui tem que apresentar os valores. O que é que vai dar de retorno para a população? Sinceramente, como servidor do DMAE, eu gostaria que fosse verdade isso. Mas vou dizer para vocês: não, não é verdade. Então, daqui a dois anos... Vamos dar um exemplo: o mesmo exemplo de concessão que estão querendo fazer aqui foi feito no Rio. A mesma Cedae, entregaram a distribuição, entregaram as contas e dividiram em três empresas. O que está acontecendo? Em dois anos, como a Sandra já falou, eles querem realinhamento de tarifa – realinhamento de tarifa. O que é isso? Subir o valor. Em dois anos, a Cedae está entregando o tratamento e a captação. É o que eles disseram que não vão entregar. E está acontecendo lá, disseram a mesma coisa lá.

Vamos dar um outro exemplo. Sabem quem é que comprou a Sabesp em São Paulo? Pasmem: a Equatorial. Então, sabe, tem uma duplinha, a Equatorial compra saneamento aqui, a Aegea compra lá. Então, a Aegea, como foi falado, ficou 20 anos em Manaus e tem 20% de tratamento. Então, quer dizer que eles não vão... A questão do marco legal, o esgoto, eles não vão tratar o esgoto. Em 2033, não vão tratar o esgoto. E já tem lá nas cláusulas, se vocês forem ler a lei do marco legal, em 2033 eles podem passar para 2040. Tem letrinhas miúdas lá. Depois de todo o saneamento vendido, privatizado, não vamos conseguir chegar em 2033; vai para 2040 ou 2047. Olha o que eu estou falando.

Então, é isso. É isso que está acontecendo. Lá em março de 2026, vai estar lá na B3 a concessão do DMAE. Na B3! Na B3, sabe? Aquela que comprou a Corsan, que comprou a Sabesp. Lá na B3 vai estar. Vão transformar ativos, que são da cidade de Porto Alegre, que são do cidadão de Porto Alegre, e vão largar na mão de uma empresa privada que, com certeza, não vai fazer o serviço.

Eu trabalho no DMAE. Nós estamos há oito anos lutando contra essa privatização. Nós estamos brigando, incomodando todos os gestores que forem lá, porque não existe gestão, quem faz o serviço são os servidores. Nós estamos em mil servidores. A população aumentou, as casas de bombas aumentaram. E nós temos – vocês não sabem – várias inovações que foram feitas pelos servidores do DMAE, que não são faladas para vocês, e muita coisa que acontece. Sabem quem é que estava nas enchentes? Os servidores operacionais. Pergunta se os servidores que trabalharam 24 horas, 12 horas, 15 dias direto, 12, 14 horas por dia, foram homenageados. Não. Passou um ano. Servidor é um número. Assim como a população, é um número que vota e dá eleição para eles. Agora, eles vão entregar um patrimônio que é da cidade de Porto Alegre, que é nosso. Quem mora aqui vai pagar a conta. Eu estou dizendo e estou afirmando. Essas pessoas, eu gostaria que estivessem aqui 35 anos depois, mas não vão estar, vão estar mortas. Então, daqui a 35 anos, o saneamento vai estar uma... E aí, quem vai pagar a conta? A população.

A questão da tarifa básica que eles dizem. Tudo bem, está na lei. Sabe quem é que vai pagar a tarifa básica? A Prefeitura. E a Prefeitura, quem é que paga os impostos? O cidadão. Então, a tarifa básica a empresa não paga, mas nós vamos pagar duas vezes. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Próximo inscrito, Calvin Aguirres Severo. O senhor tem cinco minutos.

SR. CALVIN AGUIRRES SEVERO: Então, boa noite, gente. Eu não sou um servidor do DMAE, mas trabalho na Prefeitura aqui de Porto Alegre também. E venho trazer, assim, a questão que foi levantada pelo vice-diretor do DMAE no

início aqui da apresentação, que isso não é um projeto político, que isso não tem ideologia, que isso não tem partido. Quanto à questão partidária, talvez, de fato. Agora, o objetivo disso, e tendo estado na audiência que teve no Centro, na região do Centro, posso dizer: todas as pessoas que vieram, a princípio, defender esse projeto, defender essa concessão, não apresentaram um motivo para defendê-la. Chegaram e falaram: “Não, porque não é privatização, é concessão.” É concessão, assim como foi feita com a Cedae, como falou o companheiro ali, assim como foi feita para vender, inclusive, para a própria Aegea, no estado do Piauí, e assim como em muitos outros estados aqui do nosso País. Isso é um projeto de entregar para as mesmas, uma, duas, três empresas, país afora, a água e o saneamento da população, para um monopólio privado, para algo que não entra numa lógica de mercado, que vai se regular, que vai ser feliz e maravilhoso para a cidade, porque não tem concorrência. É o que eu passei, domingo de manhã, aqui na Asa Branca, inclusive trazer a questão da mobilização para essas audiências, que, em princípio, é para trazer a participação popular. Mas vim aqui, domingo de manhã, falar de porta em porta, chamar para essa audiência, e ninguém sabia que ia acontecer. Vai dizer que é para ter participação popular, mas vai no meio do bairro e não chama ninguém. E tem toda a estrutura da Prefeitura para dizer: venha na audiência, fala o que tu pensas, esse projeto vai te afetar, independentemente, se melhor, para pior, obviamente que para pior, mas chama igual, para a pessoa vir e dizer o que pensa; e ninguém sabia. É tudo chamado de última hora e é tudo feito nessa porca estrutura, para não dizer mais nada. Seguindo, então.

A questão da privatização, ela é um projeto, sim, desse governo, de tirar cada vez mais a capacidade da Prefeitura de atender a população, assim como faz, e podemos, sim, trazer, referente à questão da moradia, a situação do aluguel, como citou a vereadora ali. É, sim, a Prefeitura se isentando de garantir para os seus cidadãos a moradia, de garantir o saneamento básico, de garantir o acesso à água, de garantir o acesso a ter eletricidade, de garantir o acesso à educação, de garantir o acesso a crédito e, inclusive, a própria segurança pública. Então, esse projeto de concessão, ele é um início, e ele é um início bem direto, ele é

uma porta que se abre escancarada, para que a população possa, sim, vir a perder o direito de conseguir ter a sua água em casa, porque a empresa privada, ela não tem, como sua obrigação, seja legal, seja jurídica ou moral, garantir o que ela deve garantir, o que o DMAE faz hoje, garante para a população. O objetivo dela, e isso não é nenhuma ofensa, é gerar lucro para si mesma, e o que ela faz, com muita eficiência, para si mesma, país afora, nos estados onde ela já conseguiu pôr as garras no saneamento dos estados e das cidades, como é o caso aqui do DMAE, que atende a cidade e o Município de Porto Alegre. Então, para já ir concluindo, trazer a questão de que isso é uma vontade política, é uma vontade de trazer para essas poucas empresas um mercado a mais, algo que hoje gera lucro, movimenta muito dinheiro, e que não é um mercado, porque atende algo que não é opcional, a pessoa não pode escolher, justamente, ela não vai poder escolher a torneira de quem quer privatizar, a torneira de quem quer conceder e depois privatizar, e a torneira que mantenha o DMAE público. Ela vai ter que pagar mais caro, vai ter que pagar por um serviço pior, assim como se faz com a eletricidade, com a luz elétrica, porque isso é simplesmente uma vontade de tornar isso assim. É uma vontade de pegar o que hoje funciona, o que hoje já está há anos e anos sendo sucateado, e aumentar a precariedade da vida da população, tirar a dignidade da vida da população aqui da cidade. E isso, novamente, não foi apresentado no projeto, é por isso, é porque está faltando isso aqui, o projeto chega e fala, numa frase só: segurança do cargo dos servidores não estará ameaçada. Quem aqui ouve uma frase num projeto que não cita prazos, que não cita valores, que não cita nada? É realmente uma carta em branco. Quem é que garante o seu trabalho numa frase dizendo: não, confia, não vai perder estabilidade, não vai baixar salário, não vai precarizar as suas condições de trabalho? Ninguém confia nisso aqui. Ninguém que tenha um trabalho sério vai ouvir isso aí e pensar: não, realmente, vai melhorar a qualidade do serviço para a população. Ninguém pensa isso. Isso, realmente, é uma vontade de alguém que quer trazer esse lucro para essas empresas, trazer cada vez mais espaço de atendimento daquilo que deveria ser público, daquilo que

deveria ser direito humano, trazer para que a empresa possa pegar e ganhar o seu dinheiro e ficar aí na sua gandaia, na sua ladaia com a população.

Para concluir, de fato, trazer aqui, para cá, para esse local que foi o mais atingido da cidade em questão de população afetada, sem nenhuma comparação com outras partes da cidade, é vergonhoso vir aqui nesse lugar, vir aqui no CTG para dizer: não, vamos vender porque estamos mal, não conseguimos administrar, tchau; estamos entregando, estamos concedendo, estamos privatizando. E as mesmas pessoas que hoje vêm só dizer “não, não, é privatização, é concessão”, se se reelegerem, ou mesmo antes disso, antes da próxima eleição, vão estar dizendo quando for para privatizar “a privatização é necessária, a privatização vai melhorar, a privatização vai garantir as nossas condições”. E hoje é realmente só a vergonha. E é cara de pau fazer isso. E eu concluo.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): O Ver. Rafael Fleck está com a palavra, por cinco minutos.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Boa noite a todos e a todas. Uma saudação especial ao Edson, à Sandra, representando o Simpa; ao nosso Presidente, Ver. Marcos Felipi; ao Matheus e ao nosso secretário adjunto de governo, Gelson. E aqui eu queria fazer uma saudação especial à Selma, que é uma liderança aqui da Asa Branca, e aos demais participantes.

Eu sou um vereador que gosta do debate. Acho que o Engº Reinheimer teve aqui uma boa fala. Eu acho que esses pontos de vistas aqui que nós temos que discutir, tenho falado isso com o Edson, também elogio a fala dele, e acho que é o caminho do debate. Agora, nós temos que ser claros, nós temos que ser honestos entre nós. Nós estamos aqui, Presidente, discutindo entre pouquíssimas pessoas da comunidade e muitas pessoas ligadas ao Simpa. E fala aqui um vereador que defende servidor, Luciano, tu que foste candidato a prefeito aqui na nossa cidade, expôs o teu plano de governo, e o teu plano de governo, infelizmente, não foi vencedor, ou felizmente... Mas eu quero dizer ali para o Calvin, que esteve aqui falando há pouco, que bateu em casa, em casa,

será que não é isso? Será que a população não veio porque não acredita no projeto de vocês? E aqui é um debate franco, estou aqui me expondo, aqui falando.

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Eu escutei todo mundo, então, quando eu estiver falando, tu respeita, porque eu nem sei se tu mora aqui, né? Nem sei se tu mora aqui, tá? Então, primeiro, deixa eu falar. Presidente, garante meu tempo.

(Manifestação na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Por favor, plateia, peço silêncio. Seu tempo está resguardado aqui.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Se eu não tenho medo de miliciano que me ameaça, não vai ser de ti que eu vou ter medo, tá bom?

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Então, tá. Então, deixa eu falar, que eu não tenho medo de ti.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos ouvir o vereador, por favor.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Eu quero te dizer...

(Manifestação na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu vou retomar o seu tempo.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Talvez tu sejas dele, né? Talvez tu sejas dele.

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): É, tá bom. Aham, sei.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos respeitar a fala do vereador. É a última fala aqui.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Tá muito alteradinho.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vou retomar o seu tempo, vereador.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Eu quero, presidente, dizer o seguinte: primeiro, uma das lutas que nós tivemos, numa discussão lá do projeto, com o Ver. Marcos Felipi, com o Ver. Carlo, era que a captação e tratamento fossem públicos, e assim está no projeto, Luciano. Então, a captação e o tratamento da água sendo públicos, nós conseguimos, através dessa água pública, manter o preço da tarifa, que só pode ser alterada por legislação, por alteração na legislação. Lá, nós garantimos também que os servidores não seriam prejudicados, e consta no projeto de lei que os servidores não serão prejudicados. Então, nós temos que, aqui, Jeferson, é o terceiro lugar que tu vens, porque estás empenhado na tua militância, mas eu vejo que tu falas, falas, falas e não discute projeto. O sistema de vocês, e essa é a coisa que eu estou pedindo para o Simpa, com o todo respeito aqui, o Edson não está aqui, está cada vez mais diminuindo a força de apoio. Até hoje vocês estão num grande número aqui, porque vocês não conseguem mais nem trazer a população para

discutir o projeto. Essa é a realidade de vocês. Porque vocês sempre politizaram. Eu podia vir aqui – o Ver. Jonas não está aqui, uma pena – e falar do escândalo do INSS. Eu poderia aqui falar do desvio do INSS, poderia falar que o sindicato do...

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Baixa a bola. Baixa a bola.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Peço a compreensão, o silêncio da plateia. Vou parar o seu tempo de novo aqui, vereador.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Menos, menos. Poderia falar aqui do sindicato do irmão do Presidente, que esteve envolvido na corrupção, e eu não venho falar porque eu não bato no governo Lula. Quem está falando em politicagem, está fazendo politicagem barata, são vocês. Tu, não, porque tu não tens coragem de vir aqui e falar, tu deves ser pago por alguém para vir aqui gritar, mas...

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Não, não, não, tu não é. Então, tu está oculto aí, tu não te identificou...

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Não, não, tu não veio aqui falar, então, menos, deixa eu falar. Presidente.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu vou parar a sua fala, e eu vou pedir para o cidadão mais uma vez respeitar o momento de fala do vereador, eu vou pedir também para o Ver. Rafael Fleck...

(Manifestação na plateia.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Mais uma vez, eu vou retomar. Ver. Fleck, o senhor tem mais um minuto e meio...

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Te identifica e fala, cara.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Eu vou pedir para o senhor, também, mais uma vez deixar...

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Tu é machão só aí. Tu é machão de falar daí, agora, tu não te inscreveu para falar.

(Manifestação na plateia.)

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Besteira é tu, cara. Tu nem deve ser daqui. Tu nem deve ser daqui.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vereador, um minuto e meio para finalizar.

VEREADOR RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir. Então, eu quero dizer que eu não vim aqui falar de denúncia de A, denúncia de B, eu vim aqui para discutir o projeto. Espero, Presidente, que na próxima audiência pública tenha um debate mais qualificado, que a gente possa defender ou não defender o futuro da nossa cidade. Muito obrigado. (Palmas e Vaías.)

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado. Agora nós passaremos aos encaminhamentos finais. O Sr. Edson Zomar, diretor do Simpa, terá dez minutos e, após, o governo terá mais dez minutos para encerrarmos a audiência pública.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todos, a todos os presentes. Realmente, a questão de ter um debate qualificado é uma questão fundamental e, assim, vinha acontecendo nas três primeiras audiências. Nessa audiência, não sei por qual motivo, acusações e mentiras sobre o Simpa, que é uma questão inaceitável. Nós, do Simpa Cores DMAE primamos pela realidade, pela verdade, pela consequência. Às vezes, pode acontecer que o que a gente aponta não agrada. Isso é uma coisa, e é todo direito, de quem quer que seja, concordar ou não concordar, não se sentir agrado; agora, dizer que é mentiroso, não. Nenhum de nós aqui fez acusação, enquanto representantes do Simpa Cores DMAE, sobre alguém, parlamentar, presente, seja quem for, como mentiroso. Então, acho que isso é fundamental. Lamento a expressão da Ver.^a Comandante Nádia, para a qual nós sempre tivemos uma relação de respeito, e espero que haja uma retirada dessa expressão, porque nós viemos aqui para fazer um debate exatamente técnico, qualificado, de entendimento, pensando no que é melhor para a cidade e para a sociedade. E é nesse sentido que a gente pretende continuar essa jornada de todas as audiências pública, porque é dessa forma que a gente vai construir a opinião pública.

Quanto à questão da população que está aqui, o Simpa, na sua limitação enquanto entidade sindical, procurou divulgar com carro, isso e aquilo. Agora, cabe também à Prefeitura, ou deveria caber – eu espero que para as próximas faça –, fazer uma convocação, com a sua estrutura, para realmente esse debate ser popular. Assim como a Câmara de Vereadores, da mesma forma, com todos os seus componentes, de todos os partidos, faça o mesmo. Porque esse é um debate da cidade, sobre o futuro da cidade. E é nesse sentido que a gente está reunido aqui, independente de ser CC, morador, funcionário, representante do governo ou sindical. Somos todos aqui pessoas interessadas nesse tema, e,

nesse sentido, manter o respeito, fazer a polêmica no bom sentido, visando o bem comum, é o fundamental. Então, nesse sentido, o que eu quero colocar para vocês é o seguinte: tem muita coisa que foi colocada aqui, não há como entrar nos detalhes de tudo. Eu acho que o Adriano esclareceu a questão do esgoto, pelo menos para quem entendeu, eu acho que esclareceu. Mas o que eu quero falar para vocês é assim: existe um debate aqui, e conceder é uma forma facilitada de privatizar. Por quê? Porque, durante 35 anos, partindo do princípio que seja uma coisa que vai permanecer dessa forma parcial, só com a captação e tratamento público, vai ser uma empresa privada que vai exercer e prestar esse serviço. Uma empresa privada, isso todo mundo sabe, não presta serviço nenhum de graça, muito menos faz doação. Então, quando o Simpa diz que serviço público não é negócio privado, esse é um parâmetro fundamental, porque a gente vive numa sociedade desigual, onde alguns poucos têm muito; alguns outros têm alguma coisa; outros, um pouco de coisa; muitos têm quase nada ou nenhuma coisa, a nível de aquisição de direito. Por isso, o serviço público em áreas essenciais, como educação, saúde, saneamento, meio ambiente e outras mais que existiam antigamente, que hoje já não existem mais, são fundamentais para garantir a cidadania, a dignidade das pessoas, a qualidade de vida, a saúde, a educação. Então, essa questão do serviço público ser concedido e transformado em negócio privado, significa o quê? Que uma parte da renda da população que seria aplicada na manutenção desse serviço, da sua melhoria, vai se transformar em lucro – essa é a questão. O DMAE, hoje, como foi colocado por vários colegas anteriores, que ainda funciona com toda dificuldade, funciona porque teve uma estrutura durante 63 anos, pelo menos, em grande parte desses 63 anos, pública. E a parceria, como dizia o antigo prefeito João Dib, se faz com a população e não com o privado. É bem diferente isso. Se a gente está pensando aqui... Eu tenho partido do pressuposto que todos aqui pensam no bem da cidade, do que melhor fazer, o que fica de estranhamento é o seguinte: por que a administração, quando pediu um estudo junto ao BNDES, sobre qual a modelagem do negócio, não pediu o que fazer para manter o DMAE público melhor, só pediu o que fazer para ele ser meio parceirizado, meio privatizado, ou

totalmente privatizado, ou seja, já foi direcionado. Isso não sou eu que está dizendo, isso é uma verdade, isso foi encaminhado pela Prefeitura. Todos vocês aqui que são mais informados, a própria direção do DMAE, sabem disso. Encaminhado para quem? Para um banco privado? Não, o parceiro privado sabe que o banco privado não é parceiro. O parceiro privado pede para o BNDES, que é um banco público, com o dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, está se fazendo capitalismo com o dinheiro público, independente de quem seja o governo federal, isso ou aquilo, a posição nossa, enquanto sindicato, é no sentido de defesa do serviço público, não por uma questão meramente corporativa, mas, sim, por uma questão de cidadania, porque nós trabalhamos não para uma gestão de A, B, C ou D partido, mas sim para as pessoas que moram em Porto Alegre. E é por isso que existe servidor público. E por que o servidor público é concursado e tem estabilidade? Justamente para ele ter condições de atravessar os mais variadas tons e tonalidades de concepções de administração, para ficar isento disso, para não ficar afeto diariamente a essa pressão de um lado ou de outro de concepção. Então, nesse sentido, a nossa luta, que é uma luta que se faz há oito anos e faremos sempre ela, em relação à população, é de que a população tem que ser ouvida, os conceitos têm que ser esclarecidos e tem que ficar claro. E alguma coisa que não fica claro, alguém citou aqui, vou lembrar, é o projeto que autoriza a concessão. Por que junto com esse projeto não está encaminhado o projeto em si, detalhado, com custo, o que vai fazer, em que tempo vai fazer? Por que isso não existe? Por que não é apresentado? Aí o debate ficaria, talvez, mais transparente para todos. Eu fico pensando o seguinte, ouvi em outra audiência: “Não, mas a gente vai fazer isso é porque o serviço público é muito moroso, tem que se licitar, demora, não sei o quê e tal.” Mas, gente, nesses oito anos – vamos tirar a gestão Marchezan fora então, que começou tudo isso, quatro de gestão anterior e mais praticamente meio ano dessa gestão – o que se fez no sentido de encaminhar o empoderamento do público? Nada. O quadro do pessoal não foi repostado, todo enfoque, toda energia é no sentido de encaminhar para o parceiro privado, quando a natureza de qualquer gestor público é de garantir a permanência e

existência do serviço público. E vejam bem, a Prefeitura como um todo, e eu citei em outra reunião, independente dessa gestão ou não, vai ser uma Prefeitura de gestão de contratos. E os contratos são amarrados, eles são difíceis de romper, tanto que todos eles preveem multa indenizatória, ou seja, o parceiro privado, se a própria Prefeitura daqui a dois anos resolver voltar atrás, ou daqui a cinco anos, ele vai ter que ser indenizado na expectativa de geração de dividendos pelo período do contrato, a não ser que haja uma prova cabal. A citação de Uruguaiana é uma coisa concreta, como em outros lugares é concreto. A questão de esgoto mesmo ocorre agora; a Aegea, que usa o nome de Cedae, no Rio de Janeiro, que é a grande inspiradora, inclusive, desse projeto, o conceito de esgoto deles, lá de percentual atingido, usa, sim, o que a Sandra citou aqui. E qual é o resultado que se tem lá? Agora o próprio governador está encaminhando o que era a captação da Aegea, já para fazer um Ipu no mercado, que é o nome que se dá para fazer um fundo de investimento. Por que se faz fundo de investimento? Não é para distribuir benesse, nem por caridade, nem por solidariedade humana, é para se ganhar mais dinheiro. Essa é a sociedade em que a gente vive. Se nós defendemos o serviço público, se a gente defende que o DMAE público continue existindo, a gente tem que trabalhar com o quê? Não com parcerizar, não com privatizar, não usar como palavreado, “conceder”, que esconde, na verdade, que depois de feito esse contrato, não retorna mais, tanto que nenhum de nós, nem o prefeito, ninguém vai estar aqui. Segundo, se perde conhecimento. E terceiro, o quê? Vai custar mais caro, porque o DMAE público e estatal, ele arrecada para manter e aprimorar o serviço. O DMAE parcerizado, concedido, privatizado, ele vai trabalhar, utilizando a necessidade da população em ter seu serviço, para arrecadar dinheiro para pagar dividendos para os acionistas do parceiro privado. E tudo isso vai ser financiado com dinheiro público. E tem que ver também qual é o tempo de transição para isso, mesmo que desse tudo certo, como está sendo proposto nesse projeto, qual o tempo de realização. O DMAE hoje se encontra em uma situação crítica, o DMAE tem mil servidores do quadro próprio hoje, dos quais, três centenas estão em condições de se aposentar, com conhecimento acumulado e sem formação no mercado,

porque é na vida que se faz isso aí, que está se perdendo. Por que Porto Alegre hoje está submetida a oito anos a esse processo, de forma constante, quando nós deveríamos, na verdade, ter a Ponta do Arado já funcionando? Deveríamos, sim, se há tanta preocupação com esgoto, se tem tanta reunião... Há um ano, está parada a ETE Sarandi, desde a cheia, jogando 130 litros de esgoto por segundo no rio Guaíba – no rio Gravataí, então, por tabela, no Guaíba. Então toda essa questão somada demonstra que algo não fecha. Os dados de investimento colocados aqui, ora, alguém acha que o parceiro privado vai pegar dinheiro onde? No mesmo dinheiro que o DMAE pega! O DMAE pegou dinheiro na Caixa Federal para começar a fazer a Ponta do Arado. O dinheiro esse que veio também de outros países foi pego dessa forma. O parceiro privado vai pegar dinheiro do BNDES. Por que o DMAE público não pode pegar dinheiro do BNDES? Parceiro privado não tem R\$ 10 bilhões, nem R\$ 3 bilhões, ou quantos bilhões seja; nem o DMAE tem, mas, se pega o financiamento público, porque é um serviço público financiado com juros subsidiados, com prazo de carência, para viabilizar a cidadania. Então essa que é a questão que está por trás. É uma opção. O DMAE público, sim, pode ter acesso ao financiamento, ao empréstimo, executar tudo o que está colocado aqui e de melhor maneira, porque tem conhecimento e esperteza para isso e tem o propósito de arrecadar para manter o atendimento à população, ao contrário do parceiro privado, que vai usar a mesma fonte de dinheiro, que tem como propósito arrecadar fundos e dividendos para pagar os seus acionistas.

Então, não à privatização, concessão, parcialização do DMAE, e isso a gente diz não em defesa corporativa, mas, sim, em defesa da cidade de Porto Alegre. E como eu coloquei, para encerrar, na última reunião, há tempo ainda, durante esse debate da própria administração, de fazer uma avaliação desse processo e pegar, já que não é um debate partidário e ideológico, a melhor opção. Qual é a melhor opção? Manter o que já existe e aprimorar. Para que destruir o que existe para apostar em algo que, certamente, vai ter outra conotação que não é o interesse público?

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, Sr. Edson. A gente passa agora aos dez minutos finais do governo. O Sr. Matheus da Rocha está com a palavra.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: De início, agradecer a presença de todos, agradecer a acolhida e mais uma oportunidade que a gente tem para tratar de um assunto tão importante para todo o Município; agradecer à pessoa do Ver. Marcos Felipi pela condução dos trabalhos, estender o cumprimento aos demais vereadores, em especial aos representantes do Simpa, o Edson e a Sandra, ao secretário. E dizer, senhores, bom, primeiro, esclarecer que o dado que trazemos de percentual de esgotamento sanitário coletado e tratado diz respeito a domicílios, então, 52,84% dos domicílios do Município de Porto Alegre possuem, são atendidos com esgotamento sanitário, no sentido de coleta e tratamento. Qual é a metodologia de cálculo? A metodologia de cálculo é aquela preceituada na norma de referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, NR nº 09/2024, e é por meio dessa metodologia que nós temos que mensurar, calcular se estamos atendendo ou não nos preceitos do marco regulatório do saneamento básico. Da mesma forma, repisar que aqui a ideia não é acabar com o serviço público, não é tornar tudo privado, nada público, muito antes pelo contrário, é que nós possamos dispor, e por isso eu me refiro que não é uma questão de concessão não se tratar de partido A ou partido B, é tão somente uma forma de contratação administrativa, e é isso o que digo, que é uma ferramenta que a administração pode lançar mão de contratar a antecipação ou a expansão de serviços. E poderia estar eu a dizer, aproveitando que o ministro Rui Costa esteve aqui, que ele teria privatizado a saúde em Salvador quando foi governador, mas não, ele fez uma PPP do Hospital do Subúrbio, em Salvador, ele não privatizou a saúde, ele procedeu, fez um contrato administrativo que permitiu, sim, a expansão de obras nesse hospital, que proveu serviços de qualidade, um ótimo contrato e bastante importante para quem estuda a pauta de concessões PPPs no Brasil.

Da mesma forma, recentemente, por 37 anos, foi concedida uma floresta nacional, agora, no Brasil, e não se trata de privatizar a floresta nacional, até porque seria bastante errado da nossa parte, uma falácia, ou, enfim, uma desonestidade intelectual tratar como privatização da floresta. Não, foi uma concessão do serviço de manejo florestal. E assim propomos aqui também a delegação de serviços, a contratação, e não a privatização. Não é privatização, é cansativo falar isso, mas realmente nós temos consequências bastante diferentes em cada uma dessas situações, e por isso a gente procura repisar bastante esse ponto.

Da mesma forma, esclarecer que o projeto trabalha, sim, com a manutenção da tarifa que hoje é praticada no Município. A tarifa consta na Lei Complementar nº 170. Para subir ou para alterar a tarifa, precisa ser alterada a Lei Complementar nº 170. Tarifa social também consta nessa lei municipal, ainda que garantida também por lei federal. Então, por favor, senhores, mantemos aqui a honestidade e a sinceridade de que não, não há aumento de tarifa, e o projeto trabalha, sim, sob esses termos.

De mais, agradecer novamente e permanecer sempre à disposição também para que possamos propor um diálogo sempre técnico sobre determinadas questões, nos colocar à disposição para todas as dúvidas que surgirem, sejam da comunidade ou de todos os envolvidos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Agradeço a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 20h35min.)